

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## **BOLETIM. EXTRACTOS E RESUMOS DAS ACTAS DAS SESSÕES.**

(sem indicação de autor)

Ano: 1947 | Número: 57

---

### **Como citar este documento:**

(sem indicação de autor), Boletim. Extractos e Resumos das Actas das Sessões. *Revista de Guimarães*, 57 (3-4) Jul.-Dez. 1947, p. 214-235.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmento.uminho.pt](mailto:geral@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# BOLETIM

---

EXTRACTOS E RESUMOS DAS ACTAS DAS SESSÕES

## Sessão de 3 de Julho

Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso, estando presentes os Srs. Directores Dr. Augusto Cunha, Eng.<sup>o</sup> Eleutério Martins Fernandes, Alberto Vieira Braga e Manuel Alves de Oliveira.

Aberta a sessão foi lido o seguinte expediente:

— Um officio do Sr. Secretário da Junta Nacional de Educação, que foi resolvido transcrever na íntegra:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Sociedade Martins Sarmento — Guimarães:

Tenho a honra de comunicar que, em sessão da 2.<sup>a</sup> Sub-secção da 6.<sup>a</sup> Secção da Junta Nacional de Educação, de 21 do corrente, por proposta do vogal José Maria Cordeiro de Sousa, foi aprovado um voto de congratulação pela publicação do volume editado por essa Sociedade — *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento*, coligida e anotada pelo Coronel Mário Cardoso. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> os meus cumprimentos.

Lisboa, 26 de Junho de 1947. O secretário da Junta Nacional de Educação, *Albino Pinto Fernandes*.

— Um officio do Promotor-Fiscal do Recolhimento das Meninas Desamparadas (Postigo do Sol), da cidade do Porto, a agradecer o concurso da Sociedade Martins Sarmento na realização da audição que as «Pequenas Cantoras do Postigo do Sol» levaram a efeito, em 21 de Junho, no Teatro Jordão, desta cidade, sob a competente direcção do Maestro Vergílio Pereira. A Direcção congratulou-se pela maneira primorosa como decorreu a exhibição do apreciável conjunto artístico das «Pequenas Cantoras».

— Pelo Sr. Director Tesoureiro foram apresentadas as contas relativas ao volume *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento*, que são as seguintes: custo de fotografias, 1.541\$80; gravuras, 4.668\$10; tipografia, 19.730\$00; recovagens, 137\$60. Total, 26.077\$50. Recebido, como subsídio, do Instituto para a Alta Cultura, 4.994\$70; da Câmara Municipal de Guimarães, 5.000\$00. Total, 9.994\$70. Resolveu-se fixar em 80\$00 o preço de venda de cada volume, e conceder aos nossos consócios o desconto de 20 %. Foi ainda resolvido conservar metade da edição, para ofertas a Instituições culturais, Universidades nacionais e estrangeiras, etc., sendo os restantes 250 exemplares destinados à venda.

— O Sr. Presidente informou que tem estado a tratar do assunto respeitante à casa e terrenos que pela Câmara Municipal foram expropriados a esta Sociedade, na Avenida Duarte Pacheco, esperando conseguir em breve a justa indemnização devida à Sociedade.

— Foi resolvido adquirir por 6.300\$00 uma nova máquina de escrever, do tipo «Royal», e vender por 1.300\$00 a máquina existente, quantia máxima pela qual foi avaliada pelo respectivo agente.

— Tornando-se necessário proceder à demarcação dos terrenos da Citânia de Briteiros pertencentes a esta Sociedade, foi deliberado encarregar desse serviço um perito competente nessa ordem de trabalhos.

— A Direcção tomou conhecimento das obras já executadas e das que ainda se encontram em curso na Citânia de Briteiros, bem como das reparações das muralhas daquelas ruínas.

### Sessão de 30 de Julho

Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso, estando presentes os Srs. Directores Eng.<sup>o</sup> Eleutério Martins Fernandes, Alberto Vieira Braga, Alberto Costa e Manuel Alves de Oliveira. Aberta a sessão, o Sr. Presidente deu conhecimento do seguinte officio de agradecimento da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Júlia Lopes Martins Marques da Silva:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento — Guimarães:

Profundamente sensibilizada pelo modo como a Ex.<sup>ma</sup> Direcção dessa Instituição se dignou honrar a memória do seu saudoso ente querido, associando-se à dor que lhe deixou não só o desaparecimento, mas também a perda irreparável do Artista que tão generosamente contribuiu para o enriquecimento do nosso património artístico, a família do Arquitecto José Marques da Silva vem, pela presente, solicitar de V. Ex.<sup>a</sup> se digne aceitar e transmitir a todos os membros dessa Direcção a expressão muito sincera do seu inolvidável reconhecimento. Aceite V. Ex.<sup>a</sup> os nossos melhores cumprimentos.

Porto, 5 de Julho de 1947 — *Júlia Lopes Martins Marques da Silva.*

Procedeu-se depois à leitura do seguinte expediente:

— Um officio do Sr. Presidente da Comissão do 1.<sup>o</sup> Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia manifestando o desejo de, durante o Congresso integrado nas Comemorações Centenárias da Tomada de Lisboa, ser feita uma exposição de tudo quanto diga respeito às antigas Estâncias Termais (Termas romanas), pedindo ao mesmo tempo a opinião desta Sociedade sobre o assunto, e uma lista dos artigos do nosso museu que nessa ocasião poderiam ser expostos. Ficou encarregado o Sr. Presidente de prestar a informação pedida.

— Um officio do Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Guimarães em que solicitava a comparecência ali do Sr. Presidente da Direcção, o qual, por sua vez, havia encarregado o Sr. Secretário da Direcção da Sociedade de tomar conhecimento do assunto a tratar. O Sr. Secretário informou então que, no passado dia 18, fora recebido pelo Sr. Presidente da Câmara, tendo sido ventilada a indemnização devida à Sociedade pela expropriação de uma morada de casas que esta possuía na Avenida Duarte Pacheco, bem como de 115 metros quadrados de terreno no mesmo local, indemnização essa que a Câmara fixou em 19.225\$00, e que o Sr. Tesoureiro comunicou ter dado entrada no cofre, em 25 do corrente.

— Uma circular do «Comité d'Organisation du Congrès International de Géographie de Lisbonne» convidando esta Sociedade para se fazer representar no Congresso que terá lugar em Lisboa, na segunda

quinzena de Setembro de 1948. Foi deliberado prestar a esse Congresso a melhor colaboração.

— O Sr. Presidente informou que tinham sido remetidos, com destino à Secção de Arte Contemporânea do Museu de Martins Sarmiento e por intermédio do nosso Consócio Sr. Prof. Abel Cardoso, dois novos quadros, um do saudoso artista Sousa Lopes, intitulado «Engano de alma ledo e cego», oferecido pelo Sr. Engenheiro Tito Sousa Lopes, e o outro, uma formosa paisagem, oferecido pelo apreciado artista e ilustre Director da Escola Industrial «Alfredo da Silva», do Barreiro, Sr. Alberto Portugal de Lacerda. Resolvido testemunhar aos oferentes o reconhecimento desta Sociedade.

— A Direcção tomou conhecimento de que, nesta data, foi dado início aos trabalhos de exploração arqueológica na Citânia de Briteiros, subsidiados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e orientados pelo Sr. Director das Estações Arqueológicas, Coronel Mário Cardoso.

— Finalmente, foi deliberado officiar à Câmara Municipal de Guimarães a pedir a ligação da Citânia de Briteiros com o Castro de Sabroso por meio de um ramal, a entroncar na estrada que serve a freguesia de S. Salvador de Briteiros.

### Sessão extraordinária de 9 de Agosto

Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso, estando presentes todos os Srs. Directores.

Aberta a sessão o Sr. Presidente usando da palavra disse que convocara esta reunião extraordinária para relembrar, com gratidão e saudade, o nome venerado do Patrono desta Sociedade, o insigne Vimaranense e glorioso sábio Martins Sarmiento, por motivo da data do aniversário do seu falecimento, há 48 anos. Nesta hora incerta que actualmente o mundo atravessa, após uma luta sangrenta, e sem igual na História da Humanidade, é grato evocar o ambiente de serena tranquilidade em que, numa pequena terra de província, um homem de superior talento procurava,

há meio século, resolver os problemas científicos que se prendiam com as origens mais remotas da sua Pátria. O trabalho dos intelectuais e investigadores da geração de Sarmento, a sua dedicação pelo estudo, a sua paixão, quase romântica, pela ciência, constituíram a base, o alicerce firme dessa obra imperecível que, em todos os campos da actividade espiritual, nos legou a mentalidade do último quartel do século passado. Martins Sarmento é ainda hoje, e sempre, um alto exemplo para todas as gerações de estudiosos, pela honestidade no trabalho, pela profundidade do saber, pelo grande amor à ciência, pelo alto espírito de sacrifício e de patriótica benemerência, pela singeleza e afabilidade do trato, pela recatada modéstia pessoal, pela correcção elegante do seu porte, como homem e como cidadão, pelo complexo de virtudes enfim, que superiormente o elevavam e distinguiam. Ele foi, na mais alta expressão da palavra — o homem sábio e generoso e bom. Esta Sociedade, cujo pesado encargo da sua direcção nos foi confiado, tudo lhe deve — o seu prestígio, o seu progresso, a sua obra social. Veneremos, pois, a memória do Homem ilustre que deu início a esta Colectividade e lhe legou condições de vida, tanto no campo material, como no espiritual.

Todos os Srs. Directores presentes se associaram a estas palavras de veneração pela excelsa figura do Vimaranesense que foi Martins Sarmento, dando em seguida o Sr. Presidente como encerrada a sessão.

### Sessão de 25 de Agosto

Presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso, estando presentes os Srs. Directores Dr. Augusto Cunha, Eng.<sup>o</sup> Eleutério Martins Fernandes, Alberto Costa, Alberto Vieira Braga e Manuel Alves de Oliveira.

Aberta a sessão o Sr. Presidente usou da palavra para informar que tendo falecido em 24 do corrente o nosso ilustre Consócio Sr. Major Alberto Cardoso Martins de Meneses Macedo (Margaride), representara esta Sociedade no funeral, e propunha que hoje

ficasse consignado na acta da presente sessão um voto de profundo pesar por tão infausto acontecimento. E continuando, disse: Alberto Margaride manteve sempre uma grande dedicação pela nossa Colectividade, a exemplo de seu ilustre Pai, o saudoso Conde Margaride, parente e amigo de Martins Sarmiento, Patrono desta Casa. O Major Margaride, que algumas vezes colaborou na *Revista de Guimarães* com interessantes trabalhos sobre o desenvolvimento das indústrias nas nossas Colónias, era um espírito muito culto e esclarecido, um homem de esmerada e fina educação, e principalmente um carácter íntegro e honradíssimo, o que lhe grangeava o respeito, a admiração e a simpatia de quantos o conheciam. A sua falta foi profundamente sentida, especialmente no meio vimezanense.

Este voto de pesar foi aprovado por todos os presentes, resolvendo-se dar conhecimento do mesmo à Ex.<sup>ma</sup> Família do ilustre falecido.

A seguir foi lido o seguinte expediente:

— Um convite da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Guimarães para a Sociedade se fazer representar nas tradicionais comemorações da Batalha de Aljubarrota que a mesma Câmara realizara no Padrão de Nossa Senhora da Oliveira, no Largo da Oliveira, pelas 11 horas do dia 14 do corrente. A Sociedade fora devidamente representada pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vice-Presidente da Direcção Sr. Dr. Augusto Cunha.

— Um officio datado de 29 de Julho passado, do Sr. Dr. Joaquim Maria de Navascués, Inspector Geral dos Museus Arqueológicos de Espanha, propondo a permuta da excelente publicação periódica *Memorias de los Museos* com a nossa *Revista de Guimarães*. Resolvido agradecer e aceitar.

— O Sr. Engenheiro Eleutério Martins Fernandes apresentou um orçamento das obras a efectuar, e mobiliário a adquirir para a sala de leitura, bem como da reparação do mobiliário do Salão Nobre, na importância total de 10.783\$50 escudos assim distribuídos: Reparação do mobiliário do Salão Nobre, 1.777\$50; obras na sala de leitura, 1.506\$00; duas estantes de castanho para a sala de leitura, 5.000\$00; dez cadeiras de braços para a mesma sala 2.500\$00. Este orça-

mento foi aprovado, resolvendo-se dar imediato começo a essas obras.

— O Sr. Presidente, retomando a palavra, deu conhecimento de um programa que se havia recebido, para a realização do Congresso Internacional de Geografia, que em Setembro do próximo ano terá lugar em Lisboa, o qual inclui uma excursão dos Congressistas à nossa Citânia de Briteiros. Foi resolvido dar todo o apoio e colaboração a este Congresso, recebendo-se condignamente os congressistas, e estabelecer oportunamente o programa dessa recepção festiva. O Sr. Presidente também comunicou a grata notícia de que o Instituto para a Alta Cultura, em ofício de 2 do corrente, do Sr. Professor Dr. Gustavo Cordeiro Ramos, ilustre Presidente daquele organismo, resolvera espontaneamente conceder a esta Sociedade um novo subsídio de 5.000\$00 para custear as despesas com a publicação da *Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento*, editada por esta Sociedade. Tão cativante oferta, que mereceu a todos os presentes a maior satisfação, foi tanto mais de apreciar quanto ela traduzia o reconhecimento oficial do valor da obra que esta Sociedade empreendeu e levou a cabo, não se poupando a sacrifícios e cansaças para maior prestígio da Colectividade. Foi resolvido agradecer nos seguintes termos:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Prof. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos, Ilustre Presidente do Instituto para a Alta Cultura — Lisboa.

Em nome da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento, venho agradecer penhoradamente a V. Ex.<sup>a</sup> o novo subsídio de 5.000\$00, com que esse Instituto resolveu contribuir para as despesas avultadas feitas por esta Sociedade com a edição da *Correspondência Hübner-Sarmiento*. Além do valioso auxílio material que esse donativo representa, a espontaneidade da oferta tem para nós um significado que sobremodo nos cativa, pela convicção que nos dá de que este livro que a nossa Sociedade editou mereceu o aplauso desse Instituto para a Alta Cultura, e que assim soubemos honrar o patrocínio que nos foi dispensado por V. Ex.<sup>a</sup>, como prestigioso Presidente do mesmo Instituto.

A bem da Nação. Guimarães e Secretaria da Sociedade Martins Sarmiento, 6 de Agosto de 1947.

— A seguir o Sr. Presidente leu um ofício que disse tinha enviado, em 18 de Julho passado, ao



Sr. João Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho, proprietário, residente na Quinta do Mosteiro, em Vila do Conde, nos seguintes termos:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho — Quinta do Mosteiro, Vila do Conde.

Encarregado pelo Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Sub-Secção de Arqueologia da Junta Nacional da Educação, venho pedir a V. Ex.<sup>a</sup> o favor de informar-me se estará disposto a ceder ao Estado, com destino ao Museu de Martins Sarmiento, em Guimarães, a patena visigoda que V. Ex.<sup>a</sup> possui, e que foi arrolada no *Diário do Governo* n.º 23, 2.<sup>a</sup> série, de 28 de Janeiro do corrente ano. No caso afirmativo, mais rogava a V. Ex.<sup>a</sup> dignar-se dizer-me qual a importância com que pretenderia ser indemnizado pela cedência dessa peça. A resolução de depositar essa patena, uma vez obtida pelo Estado, no Museu de Martins Sarmiento, constituiria uma homenagem à memória do Sábio Arqueólogo Vimaranesense, que foi o primeiro a dar conhecimento desse objecto, aparecido em 1898, no lugar de Safail, em Vila Nova de Tâzem (concelho de Gouveia), e que ele em vão se esforçou por adquirir para o Museu de Guimarães. Esperando que V. Ex.<sup>a</sup> aceda a este pedido, formulado sem a menor sombra de egoísmo ou interesse pessoal, mas apenas no intuito de salvaguardar o património artístico e arqueológico nacional, rogo-lhe o favor de uma resposta com a brevidade possível. Guimarães e Secretaria da Sociedade Martins Sarmiento, 18 de Julho de 1947.

Apesar de decorrido mais de um mês após o envio deste officio, o destinatário não se dignara responder. Por este motivo ficou o Director Sr. Alberto Costa encarregado de se avistar pessoalmente com este cavalheiro, para deste modo e com a brevidade possível ouvir a sua opinião sobre o assunto do officio enviado.

— Por fim o Sr. Presidente deu conhecimento de que, na qualidade de Conservador das Estações Arqueológicas de Briteiros e Sabroso e nos termos da deliberação tomada na sessão de 3 de Julho, encarregara o proprietário João Aires, da freguesia de Abação, pessoa muito prática em demarcações de terrenos, de, em face dos documentos que possuímos com as medidas e confrontações dos terrenos na área da Citânia de Briteiros, proceder à identificação exacta do perímetro e limites daquela estação arqueológica, a fim de serem devidamente balizados com marcos de pedra. A trabalho idêntico se procedera há anos em Sabroso. Aprovada esta resolução e bem assim a despesa a efectuar com a mesma.

### Sessão de 28 de Setembro

Sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso e na presença dos Srs. Directores Alberto Vieira Braga, Eng.<sup>o</sup> Eleutério Martins Fernandes e Manuel Alves de Oliveira foi aberta a sessão.

Usando da palavra, o Sr. Presidente disse: Proponho que fique exarado na presente acta um voto de sentimento pela morte do ilustre Professor e Homem de Letras Dr. Aarão de Lacerda, que desempenhou os lugares de Professor da Escola de Belas Artes do Porto e também da Cadeira de História da Música, no Conservatório, tendo sido igualmente um notável crítico de Arte e um Arqueólogo de mérito. Exercia actualmente, com alto prestígio, as funções de Professor da Universidade de Coimbra. Em Maio de 1937, pronunciou na nossa Sociedade uma notabilíssima Conferência sobre a obra do Musicólogo insigne Moreira de Sá, quando esta Instituição promoveu uma justa homenagem à memória deste Vimaranesense ilustre. E, no ano imediato, nos meses de Agosto e Setembro, deixou ainda o Prof. Dr. Aarão de Lacerda assinalada a sua passagem por esta Sociedade, como Director da 2.<sup>a</sup> Missão Estética de Férias, realizando no Salão Nobre desta Casa uma brilhante série de seis Lições sobre Arte Portuguesa. Foi um grande amigo e admirador das actividades desta Instituição, merecendo por isso a sua memória o nosso maior respeito, e deixando o seu passamento profunda saudade entre todos nós. A este voto de pesar se associaram todos os Directores presentes.

A seguir o Sr. Secretário procedeu à leitura do expediente seguinte:

— Um officio de agradecimento enviado por esta Sociedade ao Ilustre Artista-Decorador, Sr. Carolino Ramos, de Viana do Castelo, pela oferta, para a Secção de Arte Contemporânea do nosso Museu, de um belo desenho da sua autoria. A oferta foi feita por intermédio do nosso incansável Consócio Sr. Prof. Abel Cardoso, Artista-Pintor a quem a Secção de Arte desta Sociedade deve inestimáveis serviços.

— Um officio da «Editorial Enciclopédia» de Lisboa pedindo diversos informes sobre o Museu desta

Sociedade, para a elaboração de um artigo sobre *Museus Nacionais*, a incluir na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* editada por aquela Empresa. Ficou encarregado o Sr. Director dos Museus de prestar as informações devidas.

— Um officio da Direcção Geral da Fazenda Pública solicitando elementos que lhe permitam identificar oito marcos miliários, que existiram na antiga via romana de Braga ao Porto, considerados património do Estado. O Sr. Presidente tomou a seu cargo prestar as informações pedidas.

### Sessão de 31 de Outubro

Sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso e na presença de todos os Srs. Directores foi aberta a sessão. Tomando a palavra, o Sr. Presidente comunicou que, acompanhado dos nossos consócios Srs. Alberto Vieira Braga, Casimiro Martins Fernandes e Joaquim Pais de Villas Boas, de Barcelos, representara a Sociedade Martins Sarmento na inauguração official do Museu Arqueológico de Sanfins (Paços de Ferreira), realizada em 18 do corrente. A' abertura desse interessante Museu, que encerra o espólio recolhido pelo insigne pré-historiador e nosso illustre Consócio Sr. Padre Eugénio Jalhay, nas escavações que está realizando na Citânia de Sanfins, presidiu o Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que se fazia acompanhar do Architecto Sr. Baltasar de Castro. O Sr. Presidente comunicou ter lido ali algumas palavras de saudação e congratulação por aquele acontecimento, desejando que as mesmas ficassem transcritas na acta desta Sessão, e que são do teor seguinte:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,  
 Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira,  
 Ex.<sup>mo</sup> Sr. Architecto Baltasar de Castro,  
 Ex.<sup>mo</sup> Sr. Padre Eugénio Jalhay,  
 Minhas Senhoras e meus Senhores:

Convidado pelo meu respeitável Amigo o insigne Arqueólogo Sr. Padre Eugénio Jalhay, a assistir à solene inauguração deste

pequeno Museu, tão interessante e valioso, sejam de agradecimento as minhas primeiras palavras, por tão cativante atenção. Aqui vim, não apenas pela indeclinável obrigação que essa amabilidade me impôs, mas com a mais viva e grata satisfação, por me ser dado o ensejo de saudar, pessoalmente e em nome da Sociedade Martins Sarmento, por mim tão pobremente representada nesta hora festiva, o meritório escavador da Citânia de Sanfins e as ilustres entidades oficiais, que tão inteligentemente têm patrocinado e auxiliado os seus notáveis trabalhos científicos. Pelos caminhos e outeiros desta aldeia peregrinou também, há mais de 50 anos, o glorioso exumador da Citânia de Briteiros, Doutor Martins Sarmento, e em diversas páginas da sua obra, quer publicadas, quer ainda manuscritas e inéditas, deixou referências aos reconhecimentos e estudos que fez das conhecidas ruínas de Sanfins. É testemunho, por exemplo, desses trabalhos, e da atenção que dedicou às notáveis antiguidades desta localidade o seu curioso artigo intitulado «*Cidade Velha*» de Monte Córdova, publicado em 1895. Não profundou porém, nem insistiu o sábio vimaranense nas suas investigações de Sanfins, que tiveram para ele um carácter quase exclusivamente bibliográfico e documental, como simples subsídio, entre muitos que recolheu doutras fontes, para o esclarecimento e a interpretação das explorações que por completo o absorveram, na Citânia de Briteiros. Os objectos aqui recolhidos, que então lhe foram oferecidos para o seu Museu, limitaram-se a meia dúzia de fragmentos cerâmicos encontrados à flor da terra, que apenas lhe serviram de elementos de comparação. Lá figuram hoje, no Museu da nossa Sociedade, catalogados com a indicação exacta da sua proveniência de Sanfins, junto do abundante espólio recolhido em Briteiros, que, quase só por si, bastou a Martins Sarmento para criar uma das mais opulentas e notáveis colecções de arqueologia proto-histórica do nosso País! Teve pois V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Padre Jalhay, a honra de ser o verdadeiro iniciador das explorações desta Citânia de Sanfins, com a rara felicidade de ver, de começo, os seus trabalhos protegidos e patrocinados pelo Estado, e agora o produto das suas escavações carinhosamente recolhido e defendido do vandalismo inconsciente e dos estragos que a ignorância popular sempre comete. Martins Sarmento, vivendo numa época de indiferença geral, senão de hostilidade para com esta ordem de estudos, quando a ciência arqueológica estava ainda longe de ser considerada a preciosa documentação do passado, e auxiliar indispensável da História — teve muitas horas de amargura e desalento, que a maldade e a cega ignorância do vulgo lhe causaram, com a destruição frequente dos trechos de ruínas que ele, com tanta canseira e sacrificios de toda a ordem, ia pondo lentamente a descoberto! A acção, a todos os títulos meritória e patriótica da Direcção dos Monumentos Nacionais, aqui representada pelo seu ilustre Director Geral e pelo infatigável Arquitecto Sr. Baltasar de Castro, chegou até V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Padre Jalhay, facultando-lhe as possibilidades materiais para o início desta nova campanha científica, em que V. Ex.<sup>a</sup> anda empenhado, como obreiro diligente e competentíssimo da reconstituição do nosso longínquo passado! O trabalho que V. Ex.<sup>a</sup> terá ainda pela sua frente há-de ser longo e difícil. Martins Sarmento revolveu a Citânia de Briteiros durante nove anos consecutivos, gastou do seu bolso, aliás abastado, muito dinheiro (porque então o erário público não

vinha em auxílio dos devotos da Arqueologia), e, apesar do enorme esforço pessoal dispendido, ainda deixou soterrada mais de metade do extenso *oppidum*. Vamos nós, agora, os herdeiros dessa obra magnífica, conforme no-lo permitem os subsídios que o Ministério das Obras Públicas tem posto à disposição da Sociedade Martins Sarmiento, continuando a espinhosa tarefa de trazer à luz do sol os restos venerandos dessa famosa Citânia-tipo, cuja exploração imortalizou o sábio vimaranense. Trabalho idêntico ao de Martins Sarmiento encetou aqui V. Ex.<sup>a</sup> e, como ele, vai tendo também, a par das inevitáveis contrariedades, o alvoroço, a satisfação indescrevível, a insaciável curiosidade científica de ver surgir, debaixo da capa de terra, que durante milénios se foi acumulando, os grupos das choupanas, formando pequenos bairros, separados por estreitas vielas tortuosas, mostrando, exactamente como em Briteiros, o propósito de um traçado de certa regularidade, rudimento primitivo de um plano urbanístico, a salientar a importância do extinto povoado! Tal como aconteceu na Citânia de Briteiros, encontrou V. Ex.<sup>a</sup> também aqui essas curiosas pedras com seus típicos ornatos simbólicos, os suásticos de braços espiralados, idênticos modelos de cerâmica, mós manuais, os mesmos utensílios e objectos vários, em tudo semelhantes aos de todos os castros do Noroeste. Mas, precisamente esta raridade no achado de peças inéditas e originais, tem, por isso mesmo, a transcendente importância de nos vir confirmar a flagrante homogeneidade da chamada «cultura céltica» desta região da Península, nos séculos imediatamente anteriores à romanização. Sr. Padre Jalhay: a Direcção da Sociedade Martins Sarmiento quis que estas minhas palavras, por descoloridas que sejam, viessem trazer a V. Ex.<sup>a</sup> a saudação da prestigiosa e benemérita Colectividade a que V. Ex.<sup>a</sup> pertence, como nosso ilustre Consócio, o que faço com a mais profunda e sincera satisfação. O nosso maior desejo é que os Poderes oficiais continuem dispensando aos estudos de investigação arqueológica, superiormente cultivados por V. Ex.<sup>a</sup> e por quantos, no nosso País, cavam a mesma vinha, a sua melhor atenção, para podermos alcançar, neste importante sector de cultura, o nível científico em que noutros meios se trabalha, nomeadamente na vizinha Espanha, onde, sob o patrocínio do Estado, representado pelo Conselho Superior de Investigações Científicas e pelo Commissariado Geral de Escavações Arqueológicas, se tem criado um admirável ambiente construtivo, que permitiu o ressurgimento dos Museus de Antiguidades, a criação de novas colecções públicas, modelarmente instaladas, e uma incessante actividade no domínio das escavações e pesquisas arqueológicas, orientadas por uma *élite* de jovens investigadores e professores universitários, que, dia a dia, engrandecem e honram a sua Pátria! Faço, pois, ardentes votos para que a pequena colecção proveniente do espólio da Citânia de Sanfins, hoje aqui recolhida pelo ilustre escavador destas ruínas tão notáveis, se amplie e engrandeça, como o requer a sua inegável importância para a ciência. Apresento ao Sr. Padre Jalhay, à ilustre Direcção Geral dos Monumentos Nacionais na pessoa do Sr. Capitão Gomes da Silva, ao povo desta simpática terra e às entidades oficiais, aqui presentes, deste progressivo concelho de Paços de Ferreira, as calorosas saudações e felicitações da Sociedade Martins Sarmiento.

Pelo Sr. Secretário foi lido o seguinte expediente:  
 — Um convite, recebido em devido tempo, do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Subdirector da Escola de Belas Artes do Porto para assistência à Sessão Solene consagrada ao imortal Estatuário Soares dos Reis, na data de 14 do corrente, primeiro Centenário do nascimento do Artista, celebrada na referida Escola.

— O telegrama seguinte, expedido em 22 do corrente ao Ex.<sup>mo</sup> Ministro do Interior, apoiando o protesto da Câmara Municipal de Guimarães, pela reprodução da Estátua de D. Afonso Henriques, pertencente à cidade de Guimarães, e oferecida pelo Governo Civil do Porto à cidade de Lisboa:

Il.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Ministro do Interior. Lisboa. Sociedade Martins Sarmiento apoa incondicionalmente exposição Câmara Municipal Guimarães, relativa reprodução estátua Afonso Henriques pertencente esta cidade. Presidente Sociedade Martins Sarmiento.

Ainda sobre este assunto, o Sr. Presidente lembrou que seria interessante ficasse transcrita nesta acta a exposição que últimamente a Câmara Municipal de Guimarães enviou ao Ex.<sup>mo</sup> Ministro do Interior e que os jornais inseriram, concebida nos seguintes termos:

Senhor Ministro do Interior. Excelência:

A Câmara Municipal de Guimarães, profundamente impressionada com o que se passa à volta da Estátua do Rei Fundador de Portugal — obra do grande Escultor Soares dos Reis, pede vénia para expor a Vossa Excelência os sentimentos que a tal respeito a inspiram, e que não podem deixar de ser de mágoa e desilusão. Em 20 de Outubro de 1887, há precisamente 60 anos, foi, pela primeira vez revelada ao público por El-Rei D. Luís, a estátua do Rei Fundador do Estado português, de cuja confecção o povo de Guimarães encarregara o escultor Soares dos Reis, para ser erguida na sua praça principal. Não havia, então, em terra alguma do País, monumento consagrado a D. Afonso I. Guimarães tinha razões especiais para chamar a si a primazia de tal consagração. Se é verdade que não está historicamente provado que o nosso primeiro Rei nasceu e foi baptizado em Guimarães, não é menos verdade que é tradição ininterrupta de séculos que assim foi, e que nenhuma outra terra se arroga posse dessa riqueza tradicional. Mas o que está historicamente demonstrado é que o acto inicial da formação do Estado português independente, se efectuou em Guimarães, e que, portanto, Guimarães é o berço natal da Nacionalidade portuguesa, pois que foi no Estado que essa nacionalidade se constituiu. Em 24 de Junho de 1128, nos Campos de S. Mamede, em Guima-

rães, D. Afonso I, no prélio entre as hostes do seu comando e as hostes do Rei de Leão, comandadas pelo seu agente D. Fernando Peres de Trava, saiu vencedor. Logo se passou a designar senhor « Totius portugalensis provincie ». Não há a mais leve dúvida. Foi em Guimarães que nasceu Portugal. Guimarães foi a Pátria de Portugal. Este título prodigioso e sagrado, que nenhuma outra terra portuguesa invoca, a que nenhuma outra terra portuguesa tem direito, confere a Guimarães privilégios especiais que devem merecer aos governantes da Nação acatamento sem reservas e respeito carinhoso. Porque tem a consciência desse título, porque vive no culto dele, foi que Guimarães contratou com Soares dos Reis a aquisição da estátua de D. Afonso I — sendo a única terra do País que, até hoje, fez erguer ao Fundador de Portugal estátua consagrativa. Passaram 60 anos. E, um dia, corre a notícia de que o Sr. Governador Civil do Porto tomara a iniciativa de levar os municípios do seu Distrito a oferecer à cidade de Lisboa uma estátua de D. Afonso I simples reprodução da estátua que, há 60 anos, está exposta em Guimarães, e é, indiscutivelmente, propriedade moral desta cidade e já faz parte integrante da sua fisionomia. Alvorçaram-se as gentes. Esta Câmara Municipal deu os passos que entendeu serem adequados. E, parecia que a tempestade amainava, quando rompe o silêncio a nova de que a reprodução da estátua estava concluída e marcado o dia da sua remessa para Lisboa. Não é fácil a esta Câmara apurar a situação jurídica do acontecimento, por, a tal respeito, ser omissivo o contrato fixado entre Soares dos Reis e a entidade que, em nome de Guimarães, adquiriu a estátua original, visto esse contrato visar apenas as condições do material da estátua e o « modus faciendi » do seu pagamento. Mas ainda mesmo que em face dos termos do contrato, fosse vedado ao Porto ou a quem quer, servir-se de tal reprodução, quer dizer, ainda mesmo que prescrições legais taxativas habilitassem a Câmara de Guimarães, por força do contrato, a embargar, por meio dos tribunais, aquela reprodução, nunca esta Câmara recorreria a tal processo, porque, para ela, acima de todas as condições de propriedade material, está o significado moral da posse daquele monumento em que Guimarães se encontra há 60 anos. Esta Câmara não sabe se Lisboa seria indiferente ao facto de o Porto ou Coimbra, Evora ou Santarém, Braga ou Faro, promoverem um dia a reprodução das estátuas do Marquês de Pombal, ou de Afonso de Albuquerque, que se vêem na Rotunda, ou em Belém, para as instalarem nos seus largos; não sabe como reagiria Coimbra, se Lisboa apresentasse no seu Jardim Botânico, a reprodução da sua estátua de Brotero. Não sabe. Mas supõe... Não se trata já de valores artísticos, e muito menos de valores comerciais. O que está essencialmente em causa é o aspecto moral da questão. O levantar-se em Lisboa a reprodução da estátua vimaranense de D. Afonso I, não afecta o orçamento da Câmara de Guimarães nem os interesses materiais da sua população. Mas sem dúvida nenhuma que magoa e fere a sua sensibilidade. E sem vantagem para ninguém. O Porto é rico bastante para poder arcar com as despesas da concepção e da confecção de uma nova estátua de D. Afonso I, que correspondesse a um critério histórico e estético do nosso tempo, para lhe ser absolutamente necessário servir-se de obra que tem 60 anos de idade. Há, em Portugal, hoje, meia dúzia de escultores capazes de conceber e realizar uma obra

de Arte representativa do nosso primeiro Rei, e por certo mais adequadamente do que há 60 anos a concebida e realizada por Soares dos Reis. Repetimos. A estátua de D. Afonso I que se erigiu em Guimarães, em 1887, faz parte já do seu património moral: é a estátua vimaranense daquele Rei. Toda a gente, dentro e fora das fronteiras, ao vê-la evoca automaticamente a existência da cidade de Guimarães. A reprodução que se pretende levar para Lisboa, vai diminuir-nos, porque nos rouba essa evocação. Acresce que as obras de Arte têm a sua hora, e o seu ambiente, como elementos da sua gestação. Soares dos Reis concebeu aquele Afonso I, para a época em que viveu, e para Guimarães, onde ele se instalou como se instalou. Espalhar reproduções dessa estátua chega a ser uma falta de respeito para com a memória do célebre e desagrado escultor. Insistimos, Excelência, no agravo que se pretende fazer à sensibilidade de uma terra de tão notáveis e altas tradições como é a Pátria de Portugal, o Lar da Nação portuguesa, roubando-se-lhe o privilégio de possuir a estátua de D. Afonso I, cujo levantamento só ela promoveu, que só ela encomendou e pagou, e que só para ela Soares dos Reis concebeu e executou. Excelência! A Câmara Municipal de Guimarães não pede muito. Pede apenas que se não afecte o seu património moral. E espera que Vossa Excelência, compenetrado do que, na História de Portugal, tem sido, desde o século XII até agora, a gente de Guimarães, se digne protegê-la, não permitindo que o monumento que é elemento essencial da sua fisionomia, lhe seja arrancado sem motivo plausível.

O Sr. Presidente, voltando a usar da palavra, comunicou que as escavações na Citânia de Briteiros custeadas pela verba de 10.000\$00 votada pela Direcção dos Monumentos Nacionais, haviam recommençado, após uma suspensão durante o período de férias, em que lhe não fora possível vigiar de perto os trabalhos. Estes prosseguiram agora, com actividade, no restauro do circuito das muralhas e em desaterros vários, de modo a que, antes do fim do ano, estejam concluídos. Seguidamente o Sr. Presidente comunicou que tinha recebido da «Companhia Editora do Minho», de Barcelos, um orçamento para a reedição do Guia turístico da *Citânia e Sabroso*, cujo preço achava razoável, e submetia por isso à aprovação da Direcção. Foi resolvido aceitar o orçamento proposto. Comunicou ainda, como Director do Museu, ter recebido do illustre numismata Sr. Tenente-Coronel António Elias Garcia, Director do Museu Regional de Castelo Branco, com destino à nossa Secção de Numismática, quatro moldes em gesso, primorosamente executados, de um curioso triente visigodo, batido em «Portucale». Resolvido agradecer.



**Finalmente o Sr. Presidente apresentou a seguinte proposta :**

Data da fundação desta Colectividade e da criação da sua Biblioteca, a regalia concedida aos seus associados de poderem retirar, para leitura no domicílio, os livros que à mesma Biblioteca pertencem. Esta incontestável comodidade de leitura, que aliás nenhuma Biblioteca pública adopta hoje, justificava-se talvez no período em que a Sociedade foi fundada, perante a necessidade de, por meio de essa excepcional regalia, chamar associados à instituição nascente. Por outro lado a diminuta importância da livraria de então, quer pelo valor, quer pela quantidade das obras que possuía, estava longe de poder comparar-se com a da actual e valiosíssima Biblioteca desta Sociedade, enriquecida durante muitos anos de existência com numerosas ofertas, compras e heranças, entre as quais se destaca a da notável biblioteca erudita de Martins Sarmento, e as valiosas ofertas do Conde de Vila Pouca, do Barão de Pombeiro, de José da Cunha Sampaio, de Domingos Leite de Castro e de tantos outros. De início, foi sem dúvida a pequena biblioteca desta Sociedade constituída, na sua quase totalidade, por obras de literatura amena, manuais de ensino profissional, etc., produto das primeiras aquisições e ofertas. Rápidamente foi, porém, aumentando o número das espécies, sendo hoje esta livraria justamente considerada como uma das mais importantes Bibliotecas de Província, contendo muitas raridades bibliográficas, que não é fácil encontrar, mesmo nas melhores bibliotecas públicas dos grandes centros. Tanto maior será por esse motivo a nossa responsabilidade, respeitante à guarda e defesa destes valores que nos estão confiados. Como é conhecido, a livraria desta Casa abrange : a) a Biblioteca Municipal, anualmente acrescida dos livros adquiridos por compra, nos termos do contrato com a Câmara e das dotações orçamentadas para tal fim ; b) a Biblioteca propriedade exclusiva da Sociedade. O Regulamento da Biblioteca Municipal, criada por deliberações da Câmara e desta Sociedade, no ano de 1882, permite a leitura domiciliária, e estabelece, no seu capítulo 3.º, as condições e restrições sob as quais ela pode ser facultada a todos os habitantes do Concelho de Guimarães, independentemente da condição de estes serem ou não sócios da Sociedade Martins Sarmento. Todavia é a nossa Sociedade, como fiel depositária desses valores camarários, a primeira responsável pela conservação dos livros da Biblioteca Municipal. Pelo que respeita aos livros que são propriedade exclusiva desta Sociedade, datam do ano de 1932 (sessão de 2 de Julho) as disposições mais recentes sobre a concessão da leitura domiciliária, regulamentação esta que alterou o disposto até aí em vigor, aprovado em sessão de 9 de Maio de 1899.

Cumpre dizer com todo o desassombro, que, apesar das restrições impostas, quer no Regulamento da Biblioteca Municipal, quer no da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, quanto ao prazo limitado durante o qual o sócio requisitante pode reter o livro em sua casa, quanto à indemnização por estragos, inutilização total, ou extravio de livros, quanto à proibição de saída de obras raras, etc., etc. — nem por isso os livros deixam frequente-

mente de levar descaminho, perdendo-se muitas vezes também o consócio, que entende dever demitir-se quando com ele se insiste na reposição de qualquer livro, pelo qual estava responsável. Não respeitando o disposto no Regulamento, e ao abrigo da condescendência que o Bibliotecário se considera naturalmente na obrigação de ter para com os associados da Colectividade, é vulgar verificar-se nos registos de saída, a permanência abusiva, fora da Biblioteca, de livros requisitados há um, dois, três e mais anos! Por outro lado, pessoas há que, por circunstâncias que não merece a pena mencionar, deliberadamente se recusam a ser sócios desta Casa e, todavia, aqui vêm requisitar obras valiosas, pertencentes à Biblioteca Municipal, ao abrigo da disposição regulamentar acima referida, que tal lhes faculta e autoriza. Sou por isso de opinião que é um dever de boa administração desta Casa, obstar a que tais anomalias continuem a subsistir. Nestes termos, e considerando actualmente sem justificação possível uma regalia desta natureza, que só provoca o extravio de livros, tantas vezes irrecuperáveis, apesar das medidas de precaução previstas pelo Regulamento da Biblioteca tendentes a assegurar a posse e conservação das obras emprestadas; considerando que nenhuma biblioteca pública do País admite hoje a leitura domiciliária, fazendo-se as consultas apenas nas salas de leitura da própria biblioteca; considerando que se torna impossível à Direcção desta Sociedade assumir inteira responsabilidade dos livros confiados à sua guarda, uma vez que se mantenha a prática da leitura domiciliária, que já tem dado lugar ao extravio de obras, por vezes de grande raridade e valor; proponho: 1.º que, desde a data desta sessão, fique inteiramente vedada a todos os sócios desta Colectividade a faculdade de retirarem para leitura domiciliária obras de qualquer espécie, revistas ou jornais pertencentes à Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento; 2.º que a leitura, nesta Biblioteca, seja considerada pública para sócios e não-sócios e efectuada na sala de leitura desta Sociedade, durante o período diário em que esta Instituição se conserva aberta, de harmonia com o horário regulamentar; 3.º que as obras para leitura sejam fornecidas pelo bibliotecário, mediante a apresentação de um verbete de modelo regulamentar, preenchido pelo requisitante e devolvido no acto da saída, juntamente com os volumes pedidos para leitura na sala. Estes verbetes, colleccionados, servirão ao Bibliotecário para elaborar os mapas estatísticos trimestrais, de leitores e de obras consultadas; 4.º que as obras actualmente nos domicílios dos sócios que as requisitaram vão sendo recolhidas pelo Bibliotecário, findo que seja, para cada uma, o prazo estipulado no Regulamento de 2 de Julho de 1932; 5.º que oportunamente se proponha à Ex.<sup>ma</sup> Câmara a supressão do Capítulo 3.º do Regulamento de 1882, respeitante à leitura no domicílio, das obras que são propriedade Municipal e estão confiadas à guarda desta Sociedade.

Guimarães, 31 de Outubro de 1947. — O proponente, *Mário Cardoso*.

Apresentada a proposta à discussão, a ela se referiram dando-lhe o seu apoio o sr. Director da Biblioteca, Dr. Augusto Cunha, e o Sr. Director da *Revista*

*de Guimarães*, Sr. Alberto Vieira Braga. Após o que foi aprovada por unanimidade. Ainda sobre este assunto foi resolvido apresentar à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal o pedido para esta medida se tornar extensiva à Biblioteca Municipal, sendo anulado o Capítulo 3.<sup>o</sup> do respectivo Regulamento, que diz respeito à leitura domiciliária. Pelo Secretário, Sr. Manuel Alves de Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta:

Possui a Sociedade Martins Sarmiento uma valiosa Biblioteca, a qual grande auxílio vem prestando aos estudiosos que a ela recorrem. Porém, para que melhor possa desempenhar a sua alta função cultural, torna-se necessária uma reforma da catalogação existente, que, em minha opinião, deverá ser substituída por: a) um catálogo único de autores, ou substituição dos três catálogos actualmente existentes; b) um catálogo único de assuntos, agrupados por secções, que abranja, além das obras em volume, tudo o que houver de interessante, disperso por revistas, enciclopédias e outras publicações, sistema este que já é adoptado na Biblioteca Nacional e noutras Bibliotecas, e vem indicado nas *Regras de Catalogação*, de Raul Proença.

Posta à discussão, falaram sobre a mesma proposta o Sr. Presidente e o Sr. Director da Biblioteca, ficando resolvido apresentá-la ao Sr. Bibliotecário, para ele se pronunciar sobre a viabilidade da sua execução. Por último, foi lido um officio da Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Guimarães, convidando a Direcção desta Sociedade a tomar parte na recepção ao Sr. Ministro das Obras Públicas, que no dia 1 do próximo mês de Novembro visitará esta cidade. Ficou resolvido que o Sr. Presidente representasse esta Colectividade.

#### Sessão de 27 de Novembro

Sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso e na presença de todos os Srs. Directores foi aberta a sessão. O Sr. Presidente referiu-se em termos de justa e sentida homenagem ao falecimento, no passado dia 13, do insigne Arqueólogo P.<sup>c</sup> Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, e propôs se exarasse na acta um voto de profundo pesar. *(Como noutro lugar do presente fascículo da nossa Revista se transcrevem, na íntegra, as palavras pronunciadas pelo*

*Sr. Presidente, dispensámo-nos de reproduzir aqui o extracto dessa parte da sessão).* Em seguida o Sr. Presidente comunicou que o Sr. Ministro das Obras Públicas tinha visitado esta Sociedade no dia 1 do corrente, e prometido interessar-se pela conclusão do edificio da sede. O illustre titular daquela Pasta foi recebido no Salão Nobre desta Sociedade, onde o Sr. Presidente pronunciou as seguintes palavras de boas-vindas:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Ministro das Obras Públicas:

Em nome da Sociedade Martins Sarmiento, que eu aqui represento, saúdo V. Ex.<sup>a</sup> e agradeço-lhe a visita que se dignou fazer a esta Casa, que é, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, uma das mais notáveis instituições culturais desta cidade e do País. Na jornada, tão interessante e útil, que V. Ex.<sup>a</sup> tem andado a efectuar de norte a sul de Portugal, para verificar, no coração das próprias terras e em contacto immediato com os seus representantes, quais as necessidades prementes de cada uma, para o seu progressivo desenvolvimento e realização das suas justas aspirações, não tem, com certeza, V. Ex.<sup>a</sup>, esquecido o auxilio a dar às instituições de cultura, que são também, e muito especialmente, um factor de progresso apreciável. Não é apenas pelo número e variedade das suas indústrias, pela riqueza do seu comércio, pela opulência dos seus aspectos urbanísticos, que uma cidade há-de ser apreciada, mas ainda pela importância histórica ou artística dos seus monumentos, pela eficiência das suas escolas, pelo valor das suas instituições de cultura, pela riqueza das suas colecções públicas e Museus -- numa palavra, não apenas pelos factores de ordem material, mas ainda pelo ambiente de espiritualidade em que essa terra se criou, pelo grau de desenvolvimento intelectual que os seus habitantes revelam. Estamos certos, portanto, de que V. Ex.<sup>a</sup>, nesta sua breve passagem por Guimarães, fixará a sua atenção nas necessidades immediatas de auxilio do Estado que as nossas instituições de cultura, escolas e Museus lhe patentearam. A acção social desenvolvida pela Sociedade Martins Sarmiento, em 65 anos de existência, como promotora da instrução no Concelho de Guimarães, é bem conhecida em todo o país. A sua obra impõe-se, portanto, à consideração do Governo da Nação, porque esta Colectividade tem sido uma colaboradora constante e desinteressada do Estado, ao serviço da propaganda e vulgarização da instrução pública neste progressivo Concelho. Termino estas breves palavras desejando a V. Ex.<sup>a</sup> longos anos de actividade na pasta em que, com tamanho brilho, tem dado exuberantes provas da sua energia, intelligência, bom-senso e, principalmente, amor a Portugal.

De harmonia com as palavras do Ex.<sup>mo</sup> Ministro, que prometeu interessar-se pelo engrandecimento desta Colectividade, foi pedido ao Architecto-Urbani-  
nista, Sr. David Moreira da Silva, genro do falecido

Arquitecto e nosso saudoso Consócio Sr. José Marques da Silva, um triplicado de todas as plantas, projectos e alçados das obras a efectuar na sede desta Sociedade, trabalhos esses realizados por aquele falecido Consócio, a fim de acompanharem uma petição que devidamente documentada, será dirigida a Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro solicitando um subsídio para as referidas obras.

— O Sr. Presidente, na sua qualidade de Director dos Museus, comunicou que tinha oficiado à Comisão Fabriqueira da Freguesia de S. Miguel de Creixomil, e bem assim à Junta da mesma freguesia, pedindo a cedência, para o Museu desta Sociedade, de uma lápide com inscrição romana que se encontra embutida na face exterior da parede da Igreja daquela freguesia.

— O Sr. Director da Biblioteca informou que a Câmara Municipal, satisfazendo o pedido desta Sociedade, tinha deliberado anular a leitura domiciliária dos livros da Biblioteca Municipal, de harmonia com a comunicação feita no officio do seguinte teor:

Câmara Municipal de Guimarães. Secretaria. Officio n.º 781/S.  
Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Sociedade Martins Sarmento — Guimarães:

Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que esta Câmara Municipal deliberou, em sua reunião ordinária de 12 do corrente, aprovar a proposta que acompanhou o officio dessa Sociedade n.º 185, de 7 deste mês, relativa à anulação da leitura domiciliária, até ao presente autorizada pelo Regulamento da Biblioteca dessa Instituição, estendendo-se assim a proibição da leitura domiciliária à Biblioteca Municipal.

A bem da Nação. Paços do Concelho de Guimarães, 14 de Novembro de 1947. — O Vice-Presidente da Câmara em exercício,  
*Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha.*

O mesmo Sr. Director comunicou também que a Companhia Editora do Minho, de Barcelos, offercera, para a nossa Biblioteca, um valioso exemplar de *Os Lusíadas*, e outro das *Rimas* de Camões, edições de luxo, comemorativas do Centenário da Restauração da Independência de Portugal. Seguidamente apresentou uma lista de obras que julgava de utilidade adquirir para a Biblioteca, de harmonia com as verbas votadas para a compra anual de livros. Essa

lista foi aprovada e autorizada a compra das respectivas obras, tendo a Direcção resolvido autorizar também o Sr. Director da Biblioteca a aplicar parte da verba orçamentada para encadernações, na encadernação de todas as edições, existentes na nossa Biblioteca, das obras de Camões.

— O Sr. Secretário declarou que, em virtude desta Sociedade se reger ainda pelos Estatutos de 1882, muito desactualizados, havia elaborado um projecto de reforma dos mesmos Estatutos, que desejava submeter à apreciação dos seus colegas, para cujo fim o entregou ao Sr. Presidente da Direcção. Por proposta do Sr. Presidente ficou resolvido que se tirassem cópias dactilografadas do projecto apresentado, a fim de serem distribuídas a todos os membros da Direcção, para prévio estudo, devendo oportunamente, e em sessões extraordinárias, promover-se a sua discussão e redacção definitiva, submetendo-se depois esses novos Estatutos à Assembleia Geral para aprovação, e seguidamente às autoridades oficiais competentes.

### Sessão de 18 de Dezembro

Sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Mário Cardoso, e na presença dos Srs. Directores Alberto Vieira Braga, Dr. Augusto Ferreira da Cunha, Dr. Castro Ferreira e Manuel Alves de Oliveira, foi aberta a sessão, tendo o Sr. Presidente comunicado que dera entrada no Museu desta Sociedade a lápide que se encontrava na parede da Igreja de Creixomil, a que se refere a acta da sessão de 27 de Novembro findo. Foi resolvido agradecer aos Srs. Presidentes da Comissão Fabriqueira e da Junta da Freguesia, bem como ao Rev.<sup>o</sup> Pároco da mesma, a atenção que haviam dispensado ao pedido que lhes fora dirigido por esta Direcção.

— Em seguida o Sr. Presidente participou ter ido a Barcelos, onde se avistara com o gerente da Companhia Editora do Minho, a quem pessoalmente fizera entrega do original e gravuras que se destinam

à 3.<sup>a</sup> edição do livro *Citânia e Sabroso*, cuja composição deverá ser iniciada dentro em breve, dando-se assim cumprimento à resolução tomada a tal respeito, em sessão de 31 de Outubro findo.

— O Sr. Presidente informou ainda que foi recebido um officio da Câmara Municipal em resposta ao que lhe fora dirigido por esta Sociedade, comunicando que, em sessão de 26 de Novembro, tomara conhecimento do pedido de ligação da estrada da Citânia com a de Sabroso, a cujo estudo a Repartição técnica ia proceder, a fim de a Câmara solicitar a participação do Estado, e poder assim dar início à desejada ligação.

— O Sr. Director da Biblioteca informou que o «Instituto Francês em Portugal» tinha enviado um Catálogo de livros francezes, escolhidos, para esta Sociedade, em face dele, requisitar os que mais lhe interessassem, e que oportunamente nos seriam oferecidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. E que nessa conformidade, havia já indicado os livros em que esta Sociedade estava mais interessada, e ao mesmo tempo agradecido a atenciosa deferência daquele Instituto para com esta Sociedade.